

GRUPO EXECUTIVO SOBRE MUDANÇA DO CLIMA - GEx

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Data: 17 de dezembro de 2014, 09h40min às 13h

Local: Ministério do Meio Ambiente (MMA), Esplanada dos Ministérios, bloco B, 5º andar, sala Multimídia - Brasília/DF.

Pauta:

1. Informes
2. Outros assuntos

1. Informes

Plano Nacional sobre Mudança do Clima

O texto de atualização do Plano Clima foi aprovado pelo GEx em março/2014, estando na Casa Civil da Presidência da República aguardando manifestação dos membros do CIM, que talvez tenha necessidade de atualização, especificamente quanto ao setor de energia devido ao lançamento do Plano Decenal de Energia 2020. Foi indicado que atualizações pontuais após a aprovação pelo Gex poderão ser feitas, enquanto o Plano não for publicado.

No Plano, inclusive os dados foram atualizados até 2012, tendo sido utilizada a métrica de GTP (Potencial de Temperatura Global, da sigla em inglês) e optou-se pelo uso do 5º Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (AR5). No gráfico que mostra as emissões de gases de efeito estufa e o atendimento do compromisso nacional voluntário são utilizadas as duas métricas: GTP e GWP (Potencial de Aquecimento Global, da sigla em inglês).

Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) mencionou iniciativas importantes a serem destacadas Na Terceira Comunicação, já em fase de conclusão (4º ano do projeto que a realiza), destacam-se as seguintes iniciativas:

-Avanços na área de modelagem climática utilizando o modelo brasileiro de modelagem climática global com ganho considerável em precisão - foi realizado refinamento do modelo do Hadley Centre e do modelo japonês e foram adquiridos novos equipamentos para o supercomputador Tupã. Para 2015, pretendem promover dois cursos de capacitação para acessar os dados de modelagem climática, direcionados para técnicos do governo e da academia.

-Avanços nos estudos de vulnerabilidades e impactos, com cenários climáticos até o ano 2100 - informou-se que foram realizados estudos por especialistas em várias áreas (agricultura, cidades, recursos hídricos, energia, zonas costeiras e saúde). Em parceria com o MMA, também foram promovidas reuniões setoriais dando-se um passo concreto para formulação do Plano Nacional de Adaptação.

-Inventário - cinco setores já foram inventariados e estão em consulta aos especialistas, sendo que o do setor de Mudança do Uso da Terra e Florestas é o mais complexo, considerando-se que o Brasil divulgará seus dados com tier-3, mesmo sendo um país não-Anexo I (talvez o Brasil seja o

único país não-Anexo I a fazê-lo). Analisando-se os dados de 2002 foi observado que havia problemas com o mapa de 2002, já que não havia uma diferença precisa entre as áreas de cultivo permanente e as áreas de pasto (áreas C e P, respectivamente). Cada tipo de área possui diferentes valores de emissão de gases de efeito estufa, e percebeu-se que os números de áreas de cultivo permanente estavam superestimados. O problema ocorreu para todos os biomas, mas a situação mais grave é para o bioma Caatinga. Com relação ao mapeamento de vegetação secundária, algumas fitofisionomias do Cerrado foram confundidas com áreas de pasto, sendo superestimadas. Assim, todo mapeamento de 2002 foi revisto. No mapa de 2010, sem a correção dos erros de 2002, havia a transformação das supostas áreas de pasto em vegetação secundária, o que pode indicar superestimava das remoções. MCTI informou que está trabalhando para consertar esses erros. A expectativa é receber os números finais para o setor de uso da terra na quarta-feira (17/12/2014) e submeter a comentários de especialistas da Rede Clima na sexta-feira (19/12/2014). Na segunda-feira (22/12/2014), esta parte da Comunicação Nacional será submetida à consulta pública. Faltam ser submetidos à consulta pública os setores de zonas costeiras e uso da terra. A orientação é para que a Comunicação Nacional ainda seja apresentada em 2014, após as consultas públicas a especialistas. Representante do MMA questionou se os dados que foram superestimados para o bioma Cerrado estão relacionados às remoções. Representante do MCTI respondeu que, a princípio, acredita que haverá um aumento nas emissões, mas disse que também houve um aumento nas remoções. A intenção é divulgar os dados com a sinalização de que uma revisão será necessária.

Foi informado que em Lima concluíram uma metodologia de análise de inventários para países do Anexo I. Nesse caso, as inconsistências observadas serão corrigidas no inventário seguinte, se houver. O importante seria apresentar os dados da Comunicação Nacional sem atraso, ou seja, ainda em dezembro de 2014.

Destacou-se a necessidade de atenção para alterações na metodologia das fórmulas (equações halogênicas) e mapas de carbono/biomassa no 3º Inventário, o que alteraria os níveis de referência em REDD+ a serem submetidos.

Ademais, informações importantes do planejamento do setor energético sobre impactos e vocações regionais, como a diminuição no volume de chuvas e o uso de biomassa da cana de açúcar, que serão apresentadas na 3ª Comunicação Nacional, deveriam ser alinhados com os estudos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e Centro de Pesquisas de Energia Elétrica da Eletrobras (CEPEL).

A Comunicação Nacional é um documento de governo, portanto não poderia haver contradições com outros documentos também apresentados pelo governo, como a estratégia de REDD+ e outros. No final da consulta deve existir um período de validação, sem ter ficado acordado quem poderia ser fazê-la.

Relatório Bial de Atualização (*Biennial Update Report - BUR*)

Foram realizados dois workshops para esclarecimento das diretrizes e uma reunião interministerial em julho de 2014. Houve a divisão de responsabilidades para cada seção do documento. O BUR foi construído de forma conjunta, com a participação dos ministérios, inclusive aqueles com planos setoriais de mitigação e adaptação, e ministérios com interesse no tema das mudanças climáticas. O documento traduzido deverá ser encaminhado até sexta-feira (19/12/2014) para apreciação dos ministérios, que devem atentar-se para mapas e dados utilizados.

Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento dos Estoques de Carbono Florestal (REDD+)

Grupo de trabalho elaborou submissão do nível de referência (premissas, linha de base de emissões de gases de efeito estufa), que foi encaminhada para apreciação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, da sigla em inglês), tendo sido aprovada pelos especialistas da UNFCCC em novembro. O documento foi posteriormente publicado no site da Convenção quando da COP de Lima (dezembro de 2014). O anexo de REDD+, que contém as remoções de gases de efeito estufa, também será apresentado com o BUR.

Foi elaborado um sumário com informações sobre salvaguardas com base em relatório anterior de especialistas. O sumário também foi enviado para o MCTI para ser publicado com o BUR.

A Estratégia Nacional de REDD+ foi encaminhada ao CIM, que determinou que o melhor instrumento para sua aprovação seria um decreto, pré-requisito para que haja o “pagamento por resultados”. O decreto com a exposição de motivos está no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal (SIDOF) para receber a manifestação dos ministérios. Informou-se também que um sistema de informações de salvaguardas está sendo desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA/MG) e que o pagamento por resultados depende desse processo nacional.

Grupo de Trabalho Adaptação

Os capítulos gerais do Plano Nacional de Adaptação já estão prontos e que no momento estão trabalhando nas estratégias setoriais. A expectativa é de que nos próximos 4 meses o documento esteja pronto e passe pelo mesmo rito adotado para a Política e o Plano Nacionais sobre Mudança do Clima, devendo estar aprovado até meados de 2015. Há grande discussão com o setor privado e foi lançada uma chamada pública para receber contribuições da sociedade. O diálogo com os estados e municípios também foi aberto. Informou-se que o MMA, juntamente com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), realizou um primeiro levantamento do quanto foi investido em mudança do clima, em especial para adaptação.

Foi divulgado um link para que todos possam visualizar os mapas climáticos do país atualizados, no portal da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE): <visualizador.inde.gov.br>.

Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede CLIMA)

Foram criados dois novos subgrupos: uso da terra e divulgação científica, totalizando agora 15 subgrupos. A Secretaria Executiva da Rede CLIMA, que antes era exclusivamente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), passa a ser compartilhada entre o INPE e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN). Será instituído um comitê científico. Atualmente, a Rede CLIMA conta com o envolvimento de 90 instituições, 315 pesquisadores, e centenas de mestrandos e doutorandos. Foram investidos R\$ 24 milhões, provenientes de um fundo governamental de estímulo ao ensino. A Rede CLIMA liberou R\$ 900 mil para que se fizesse o 3º Inventário Brasileiro de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa, e cerca de R\$ 3 milhões ao desenvolvimento do CEMADEN. Até 2016, a expectativa é de que a Rede CLIMA receba mais R\$ 36 milhões a serem investidos em seus projetos.

Conferência das Partes 20 (COP 20) / Conferência das Partes na qualidade de Reunião das Partes do Protocolo de Quioto (CMP 10)

Em Lima/Peru foi aprovado um relatório parcial, documento que servirá como rascunho para o novo acordo a ser concluído na próxima COP, em dezembro de 2015, em Paris/França. O Brasil participou unido aos demais membros do BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China), e está representado no documento. A respeito das decisões da Conferência de Lima, informou-se que:

- 1) O novo acordo estará sob a UNFCCC.
- 2) É mencionado no documento aprovado o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, o que garante que a sugestão brasileira de “diferenciação concêntrica” será considerada. O novo acordo, portanto, não será com cláusulas idênticas a todos os países: haverá respeito às suas diferenças comparativas. Disse que notou clara negociação e intervenção bilateral entre EUA e China, o que merece atenção.
- 3) O prazo para apresentação das contribuições nacionais é 1º de outubro de 2015. Será elaborado um relatório-síntese com o agregado das contribuições, sendo divulgado na COP em novembro de 2015. Se possível, os países devem apresentar suas contribuições ainda no primeiro trimestre de 2015. A contribuição será publicada no site da UNFCCC tal qual for apresentada pelos países. Não haverá avaliação de países terceiros sobre cada contribuição em 2015, visto que não haveria tempo para que elas fossem refeitas. Em janeiro, o Brasil deve começar a trabalhar na sua contribuição. Após conclusão da avaliação das contribuições da sociedade, deverá se iniciar um processo de coordenação de governo.
- 4) Incluir o tema Adaptação às Mudanças Climáticas na contribuição nacionalmente determinada ou em algum informe é opcional. Para Perdas e Danos foi constituído um comitê, com distribuição equitativa entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, e de um plano de trabalho que deve ser iniciado em 2015. Perdas e Danos está sendo tratado no contexto do mecanismo internacional de Varsóvia. Não há uma posição clara se o tema entrará ou não no novo acordo.
- 5) O Fundo Verde para o Clima já conseguiu US\$ 10 bilhões, inclusive com recursos de países em desenvolvimento como Colômbia e Peru, apesar de ser obrigação de países desenvolvidos. Avançou, porém ainda longe dos US\$ 100 bilhões anuais a partir de 2020, que é a meta desejável para o financiamento climático global.

A metodologia para Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas (LULUCF, da sigla em inglês) será discutida também em 2015.

Até maio de 2015, deve-se preparar o rascunho do novo acordo que deverá ser circulado para todas as partes, seis meses antes da posição final. A primeira reunião para elaboração do acordo será em fevereiro de 2015, em Genebra/Suíça.

As decisões da COP de Lima estão no site da UNFCCC: <<http://unfccc.int/2860.php>> (em inglês, espanhol ou francês), e também podem ser solicitadas diretamente ao MRE, através do e-mail “dclima@mre.gov.br”.

Com relação às contribuições da sociedade à Contribuição Nacionalmente Determinada (CND) brasileira, no final de janeiro ou início de fevereiro será marcada uma reunião para apresentar os resultados da avaliação das contribuições recebidas. Foi mencionado que a CND brasileira já indicasse a necessidade de recursos a serem previstos no Plano

Foi informado o desenvolvimento de projeto GEF (Global Environmental Facility) para avaliar a eficácia e efetividade do financiamento de ações em mudança do clima e a sua importância para ações de mitigação, no pré e pós-2020.

Ainda sobre gastos com a mudança do clima, informou-se que será iniciada uma avaliação nos estados.

Parceria para Preparação do Mercado (*Partnership for Market Readiness – PMR*)

Foi feita uma apresentação sobre as iniciativas de precificação de carbono e de impostos sobre carbono no mundo. O Brasil está entre os países que estão em fase de estudos desse instrumento. No caso do projeto brasileiro, houve a adesão à parceria em outubro de 2012, sendo que o projeto vai de 2015 a 2018, incluindo um estudo para o pós-2020. O projeto possui três componentes: componente 1- desenho do instrumento; componente 2- avaliação dos impactos econômicos; componente 3- comunicação, consulta, engajamento de atores. O projeto indicará possíveis opções de precificação para o Brasil, tratando apenas de um mecanismo de carbono doméstico, sem relações com outros esquemas de mercado de outros países ou regiões do mundo, tendo em vista a posição do MRE de não apoiar internacionalmente a posição do Banco Mundial pró-mercados de carbono ou taxaço, visto que o Brasil ainda estuda o tema e não tem um posicionamento formado internamente.

Relatório Final do Grupo de Trabalho Registro / Núcleo de Articulação Federativa para o Clima (NAFC).

Foram realizadas cinco reuniões que resultaram na elaboração do relatório. Inicialmente o grupo de trabalho concluiu que deveria ser criado um sistema de registro de emissões (Sistema Nacional de Informações sobre Gases de Efeito Estufa) que seria constituído por subsistemas: Sistema Modular de Monitoramento e Acompanhamento de Reduções de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SMMARE); Inventário Nacional; e Sistema “de cima para baixo” (integrando governo federal e governos estaduais). Esse sistema resultaria na criação de uma plataforma de relato com quatro componentes: formulários padronizados nacionalmente; plataforma de relato propriamente dita; diretrizes de monitoramento (guia técnico de relato para setores específicos); regras de validação. A proposta do grupo é instituir grupos de trabalho para discutir estes vários aspectos. O programa de relato seria instituído por portaria interministerial. A coleta de dados seria feita inicialmente pelo IBAMA e posteriormente pelos próprios estados, devendo-se evoluir para regras de relato padronizadas, já que o tema é a base para várias políticas, inclusive as de precificação de carbono.

Expressou-se a preocupação com o risco de, internamente, se confundir reduções de emissões com mercado. Portanto, a formalização nos governos federal e estaduais e o início dos trabalhos devem ocorrer apenas após os resultados dos estudos da PMR, a fim de evitar esforços que depois se mostrem desnecessários ou indesejados.

Comentou-se que o 3º Inventário Brasileiro de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa terá uma plataforma online de dados de emissões (Sistema de Registro Nacional de Emissões), para acesso ao público em geral, a qual apresentará todos os dados de emissões disponíveis com tabelas e gráficos dinâmicos, sendo que, no futuro, as informações também serão apresentadas de forma desagregada, conforme for possível.

Foi lembrado que também há a possibilidade de “pagamento por resultados”, que começa a ser aplicado pelo REDD+ e pelo projeto de carvão vegetal, além da possibilidade de o governo subsidiar reduções de emissões de gases de efeito estufa, por meio do subsídio a energias renováveis e outras atividades.

2. Outros assuntos

Manifestou-se o reconhecimento quanto à participação no GEx da representante da Casa Civil da Presidência da República, Leíza Dubugras, que se aposentou, e o agradecimento pelo trabalho realizado.